

JORNAL do Sint-UFG

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás - DEZEMBRO/94 Nº 06

Governo promove a farsa da isonomia

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 15/12 (5ª feira) às 15h30 -
Local: Faculdade de Odontologia
Pauta: Informes e
Rehierarquização

Uma grande farsa. É o que o governo está montando quando fala que cumpriu a primeira etapa da Isonomia. Alardeada pelos meios de comunicação, na realidade a Isonomia não está sendo obedecida após seis anos da nova Constituição. A duras penas o movimento dos servidores conseguiu abrir um canal de negociação com o governo

para tratar do assunto, o que foi conquistado após a greve de junho. Mas o que se vê atualmente é o governo desconsiderando o relatório da Comissão de Isonomia, acordado com o movimento, quando da citada greve. Esse quadro deixa para os servidores uma verdade: é preciso reforçar a luta, com debates e mobilizações. **Pág. 3**

Seminário interno do SINT-UFG foi vitorioso

Mais de 50 servidores participaram do I Seminário Interno dos Servidores da UFG, realizado nos dias 24 e 25 de novembro, no Centro de Treinamento da Emater. Segundo o Coordenador Sindical do Sint-UFG, Paulo Guerra, o balanço feito pela entidade foi de que o "evento foi vitorioso, tanto pela participação dos servidores, como

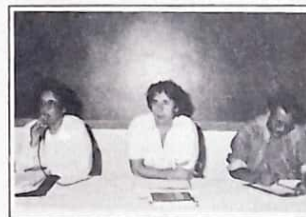
pela qualidade das exposições, uma vez que serviu para aprofundar os assuntos mais importantes que estão sendo debatidos nas instituições de ensino superior". Os assuntos abordados foram: Relações de Trabalho, Seguridade Social, Educação, Conjuntura Nacional, DPC Carreira e Estrutura Sindical. **Pág. 3**



Seminário: mais de 50 servidores presentes



Prof. Santana (ao centro) falou sobre Relações do Trabalho



Prof. Iara fala sobre Seguridade Social



Maldonado abordou Estrutura Sindical

Querem golpear
a democracia no
Instituto de
Artes
Pág. 6

Governo quer
acabar com
aposentadoria
integral do
servidor **Pág. 3**

Confira as
atividades do
Clube do Sint-
UFG no mês de
dezembro **Pág. 6**

EDITORIAL

A luta continua

E stamos às vésperas do encerramento de mais um ano repleto de reivindicações, lutas e mobilizações. 1994 está ficando para trás deixando a marca de muitos ensinamentos para o movimento sindical e para a cidadania em nosso país. Contabilizamos avanços e recuos, vitórias e derrotas. Percorremos uma estrada sinuosa e por isso mesmo cheia de obstáculos a serem transpostos. Uma coisa é certa: continua firme a nossa esperança por dias melhores e a confiança de que somente com a nossa luta resoluta conquistaremos um mundo melhor, para nós e para as novas gerações.

Particularmente rico, 1994 será lembrado pelas mobilizações em torno da Isonomia, do Plano de Carreira, Rehierarquização, Vale-Refeição, mas também pela crônica falta de recursos que assola as universidades públicas brasileiras, posto que o governo não trata o ensino como prioridade, o que nos deixa em flagrante desvantagem com relação a outras nações que viram nesse caminho a forma mais eficaz de galgar o desenvolvimento.

Os trabalhadores das Universidades resistiram bravamente às investidas do governo federal contra o ensino público. Essa tese, não podemos nos iludir, será retomada com todo ímpeto pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Portanto, só nesse ponto já teríamos motivo suficiente para nos preparar para grandes batalhas no ano de 1995. FHC pretende ir além: sonha em acabar com a estabilidade do servidor público, quer acabar com a aposentadoria integral do servidor, além de pôr fim à aposentadoria por tempo de serviço.

É preciso, pois, estarmos vigilantes e alertas no ano vindouro. As propostas neoliberais de FHC tentarão prevalecer a todo custo. Fato é que a nossa união terá que ser evidenciada mais do que nunca, sob pena de sermos golpeados em muitas de nossas conquistas. O Sint-UFG encara o ano de 1995 como um desafio, mas ao mesmo tempo com a expectativa de contar com o apoio e o respaldo do conjunto dos servidores dessa instituição. Confiante na força da união, o Sint-UFG deseja a todos os servidores um Feliz Natal e um Ano Novo repleto de conquistas.

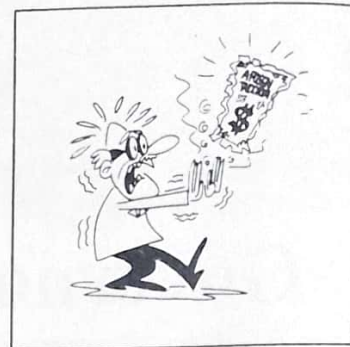
FHC quer mudar prazos da aposentadoria

O projeto de reforma da Previdência Social, a ser encaminhado ao Congresso Nacional pelo presidente eleito Fernando Henrique Cardoso no dia 15 de fevereiro, aumentará drasticamente as exigências para a aposentadoria de trabalhadores e funcionários públicos. O novo Governo quer acabar com a aposentadoria por tempo de serviço ou por idade, criando um sistema que considerará tanto a idade quanto o tempo de contribuição para a Previdência. A idéia é fixar em 60 anos a idade mínima para a aposentadoria, desde que a pessoa tenha contribuído para a Previdência durante 40 anos.

O novo sistema igualaria homens e mulheres para efeito de aposentadoria, ao contrário do que existe hoje, quando as mulheres tem uma redução de cinco anos nos prazos exigidos dos homens. Assim, quem entrasse no mercado de trabalho aos 20 anos, poderia se aposentar aos 60 anos, depois de contribuir por 40 anos. O Governo, porém, deixaria uma brecha para não prejudicar quem começou a trabalhar cedo. Aqueles que entrassem no mercado de trabalho aos 14 anos, por exemplo, teria direito ao benefício aos 54 anos, pois teria completado os 40 anos de contribuição. Em contrapartida, a pessoa que entrasse mais tarde no mercado de trabalho sairia perdendo: quem começasse a trabalhar somente com 30 anos teria de ultrapassar os 60 anos para atingir o tempo mínimo de contribuição ou, então, receberia um benefício proporcional.

Na prática, a mudança implicará o fim da aposentadoria para setores privilegiados, como os servidores públicos da União, de estado e municípios, do Legislativo e do Judiciário, que têm direito ao benefício depois de 30 ou 35 anos de serviço com salário integral, independentemente de terem ou não contribuído para a Previdência. Também acabariam as aposentadorias especiais concedidas a professores, ferroviários, aeroviários e jornalistas depois de 25 ou 30 anos de serviço.

Pela proposta, todos seriam submetidos a um mesmo regime de Previdência Pública, que garantiria um benefício máximo de cinco salários-mínimos. Aqueles que quisessem uma aposentadoria maior, teriam de contribuir para um pla-



no de previdência privada para complementar a pensão do Governo. O sistema é parecido com o que existe hoje nas empresas estatais, que criaram fundos de pensão para garantir a aposentadoria complementar para seus empregados.

Os trabalhadores que vêm contribuindo para a Previdência num limite superior a cinco salários-mínimos receberiam uma espécie de bônus, equivalente ao valor recolhido a mais até agora. Ao se associar a um fundo de pensão privado, o bônus seria utilizado para abater parte das contribuições que o trabalhador teria de fazer. Quando a pessoa se aposentasse, o fundo resgataria junto à Previdência o valor do bônus.

O secretário-executivo do Ministério da Previdência, Luciano Oliva, que tem participado das discussões com a equipe de Fernando Henrique, explica que a proposta visa a resgatar o princípio de que só tem direito à aposentadoria quem efetivamente contribuiu para ela. Outro objetivo é evitar a aposentadoria precoce de funcionários públicos, professores, profissionais liberais e empregados de estatais, que, na maioria dos casos, deixam de trabalhar com menos de 50 anos e usufruem do benefício por pelo menos mais 20 anos.

— Hoje, somente a classe média se aposenta por tempo de serviço, pois o trabalhador que ganha de um a dois salários-mínimos não consegue provar que tem 30 ou 35 anos de serviço, pois vive mudando de emprego ou trabalha sem carteira assinada — afirma Luciano.

(O Globo - 4/12/94)

EXPEDIENTE

Jornal do
Sint-UFG

5ª Av., esq. c/ 227, S. Universitário - Goiânia-GO - Fone: 261-4465

Diretoria
Coordenador Sindical:
Paulo Guerra
Coordenador Social:
Wilmar Ferraz
Secretário Sindical:
Pedro Rodrigues Cruz
Secretário Social:
Joaquim Leite de São José
1º Secretário de Finanças:
Julio César Prates
Secretária de Imprensa e Divulgação:
Lucilene Fernandes Santana

Órgão de Divulgação do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás

Vice-Coordenador Sindical:
João Pires Júnior
Vice-Coordenadora Social:
Marilda Nogueira
2º Secretário de Finanças:
Pedro Batista da Silva
Assessor de Formação Política:
Alvelton Machado
Jornalista Responsável:
Francisco Barros (Reg. Prof. 429/03/116)
Programação Visual:
Marcos C. Diques
Coordenação Gráfica:
Gráfica Kelps - (062) 225-8116

"Os artigos assinados não representam, necessariamente, a opinião da diretoria do Sint-UFG"

Principais pontos de mudança

- **Fim da aposentadoria por tempo de serviço** — O novo sistema conjugaria tempo de contribuição à Previdência com a idade. O tempo mínimo de contribuição seria de 38 a 40 anos e a idade, 60 anos.
- **Fim da aposentadoria integral do servidor** — Os funcionários públicos federais civis e militares, estaduais e municipais, assim como os do Legislativo e do Judiciário, teriam de se enquadrar no regime geral da Previdência. O novo sistema poderia dar alguma flexibilidade para militares e carreiras típicas de Estado, como os diplomatas, funcionários da Receita Federal e das áreas de Orçamento e Tesouro Nacional.
- **Fim das aposentadorias especiais** — Professores, aeroviários, jornalistas, entre outros,

- perderiam o direito à aposentadoria com redução de cinco anos no tempo de serviço.
- **Criação de um sistema misto** — A Previdência só garantiria aposentadorias até a faixa de cinco salários-mínimos. Quem quisesse ter um benefício maior teria que contribuir também para fundos de pensão privados.
- **Eliminação das aposentadorias múltiplas** — A Previdência só admitiria uma única aposentadoria.
- **Criação de uma regra de transição para o novo sistema** — O Governo levaria em conta o tempo de contribuição que o trabalhador já tem para se aposentar pelo sistema atual, fazendo uma conjugação com o novo sistema.

Isonomia: A farsa continua

Lutamos, desde 1988, pela tão sonhada justiça, igualdade, moralização - "isonomia", mas o governo sempre se comportava como seco, surdo e mudo. Somente neste ano, na greve de junho, o nosso movimento, através da sua força organizativa, da visão e da elaboração de políticas alicerçadas na realidade, conseguiu abrir um canal de negociação. Contudo, após seis anos da nova Constituição a isonomia continua sendo tratada como uma grande farsa pelo governo. Alardeada na mídia como cumprida na sua primeira etapa, o governo passa a imagem de que está dando tratamento igualitário aos SPF.

A verdade é bem outra - mais uma vez, sob o comando FHC, as carreiras típicas do Estado (orçamento, finanças e controle) tiveram tratamento diferenciado enquanto servidores e promovendo uma distorção salarial a

mais no serviço público.

O relatório da Comissão de Isonomia, acordado entre o movimento e o governo, quando da última greve, está sendo desconsiderado, como de costume. É bom lembrar que nele ficou estabelecido como primeira etapa da Isonomia:

- a) extensão dos 28,86% (concedidos aos militares) - a conquistar - a luta deve continuar;
- b) GAE de 170% - não conseguida, a luta continua;
- c) unificação das tabelas II e I - Conquistamos - objeto de luta e competência (VEJA TABELA NA PÁG. 4).

O jogo, neste primeiro tempo, está sendo desfavorável ao nosso movimento. Portanto, é preciso reforçar na luta, com garra, engajamento e esperança de galgarmos vitória no próximo tempo.



Sint-UFG promove seminário interno

Mais de 50 pessoas participaram do I Seminário Interno dos Servidores da UFG, realizado nos dias 24 e 25 de novembro, no Centro de Treinamento da Emater, numa promoção do Sint-UFG. Foram debatidos os seguintes temas: Relações de Trabalho, Seguridade Social, Educação, Conjuntura Nacional, DPC Carreira e Estrutura Sindical. De acordo com o Coordenador Sindical do Sint-UFG, Paulo de Souza Guerra, "esse Seminário foi importante para aprofundarmos algumas das questões mais importantes que estão sendo debatidas no âmbito das instituições universitárias".

A exposição do tema Relações de Trabalho ficou a cargo do presidente do Sinpro-GO, José Geraldo de Santana Oliveira, que abordou o Contrato Coletivo de Trabalho. Para o professor Santana "o Contrato Coletivo somente servirá aos interesses dos trabalhadores, caso venha a constituir-se num instrumento de luta contra a exploração capitalista. Jamais como elemento de conciliação entre capital e trabalho, como pretendem muitos, de forma aberta ou simulada".

O tema Seguridade Social foi abordado pela Pró-Reitora de Assuntos Comunitários, professora Iara Barreto, que fez uma detalhada exposição sobre a proposta de criação da Caixa de Assistência, modalidade de Plano de Saúde com a qual a UFG pretende trabalhar. Para falar sobre Educação o Sint convidou a companheira Leia de Oliveira, da Direção Nacional da Fasubra.

Já o tema Conjuntura Nacional ficou a cargo de Cristiano V. Paiva, também da Direção Nacional da Fasubra. Fátima dos Reis e Geraldo Júnior, do GT Fasubra, discutiram sobre DPC Carreira. E por fim, a explanação sobre Estrutura Sindical ficou a cargo do dirigente do SINTUFRJ, Carlos Maldonado. Confira a seguir a relação dos companheiros servidores que participaram do I Seminário Interno da UFG:

- Joel Vieira de Souza, Rodrigo Damásio Lima
- Arlindo Antônio dos Santos, Olinto Costa Melo Filho



Paulo Guerra, Cristiano, Marilda e Joaquim Leite

- Durvalina R. Porto, Geraldo Ribeiro Jr.
- Antônio B. Costa Filho, Carlos Roberto Monteiro
- Eduardo Marques dos Santos, Marilda F. S. Nogueira
- Tertuliano F. de Lima Neto, Mário Rosa dos Santos
- Júlio César Prates, Ivan José Correa
- Maria das Mercedes P. Oliveira (P. Nacional), Divino Edson César
- Maria Antônia da Silva, Anésio Cardoso de Oliveira
- Sílvia Rodrigues F. Gomes, Janice Nelma de P. Mendes
- Elizabeth Torres Vaz, José Luzini
- Geralda de Paula Albernaz, Maria Anunciação F. Freire
- Judith Maria Darques, Maria Henrique de Sousa
- Irene D. da Silva, Waldemar José de Silva
- Luiz Carlos Irineu Brito, João Galvão do Nascimento
- Maria do Espírito Santo M. Cortez, Ronaldo C. Mendonça
- Dalenilde Pereira Coqueiro, Pedro Paulino de S. Machado
- Cheila Maria Rodrigues, Djalma França Rodrigues
- Joaquim Leite de S. José, Cleonice Maria Q. e Silva
- Lucia Maria de Lima, Demerval de O. Lima
- Antônio Gilson P. da Silva, Maria Beatriz da P. Gomes
- Fernando Venancio Machado, Geraldo Batista Xavier
- Edriane L. Delfiaco, Edith Xavier de Souza
- Darci Roldão Carvalho Souza



Leia, da Fasubra, abordou o tema Educação

SEMINÁRIO DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DE 24 E 25/11 LOCAL - EMATER PRESTAÇÃO DE CONTAS

DESPESAS	VALOR
TRANSPORTE	
- taxis	R\$ 19,00
- passagens aéreas	R\$ 843,91
(Carlos Maldonado e Leia)	
- passagens terrestres	R\$ 49,28
ALIMENTAÇÃO	
- almoço/ jantar/ lanches/	
desjejum (Emater)	R\$ 582,50
HOSPEDAGEM (Emater)	R\$ 40,50
LOCAÇÃO AUDITÓRIO (Emater) ..	R\$ 14,00
FILME FOTOGRÁFICO	
(Camargo's)	R\$ 76,00
TOTAL	R\$1.625,19

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UFG

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

EM 30/09/94

DESCRIÇÃO DA CONTA	SALDO	DESCRIÇÃO DA CONTA	SALDO
CONTAS DE RESULTADO	70 399,02	Assistência Médica e Hospitalar	25,17
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	70 399,02	Despesas Jurídicas	777,29
RECEITAS DIVERSAS - SEDE SOCIAL	22 113,27	Despesas Gerais Consumo	18,63
MERCADORIAS TRIBUTADAS	7 955,65	Locação de Ônibus	1 020,00
Vendas a Vista	7 081,13	Publicidade e Jornais	1 446,81
Vendas a Prazo	874,52	Outras Despesas	1 863,58
MERCADORIAS C/ ICMS RETIDO	14 157,62	Material de Consumo Impresso	2 106,90
Vendas a Vista	11 643,13	Material de Consumo Computador	932,72
Vendas a Prazo	2 514,49	DESPESAS VENDAS - CLUB	- 32 805,51
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	117 755,00	Inss s/ Serv. Terceiros	101,37
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	117 755,00	Despesas Eventuais	70,06
Contribuição Social	110 628,30	Outras Despesas	963,44
Receita de Convênios	6 955,46	Manutenção Piscina e Saunas	2 482,22
Outras Receitas	160,70	Gás de Cozinha	257,96
Convites/ Aluguel	10,54	Taxas ECAD	483,09
RECEITAS EVENTUAIS	3 546,38	Salários/ Férias Gozadas	16 844,09
RECEITAS EVENTUAIS	3 546,38	Férias Indenizações Trabalhistas	1 021,77
Receitas Recaudas	1 023,48	Inss Encargos Empresa	3 562,10
Receitas do Clube	2 522,90	Fgts	1 195,56
OUTRAS RECEITAS	58 887,30	Honorários Autônomos	1 189,43
RECEITA COMANDO DE GREVE	16 402,41	Material Consumo e Expediente	25,53
Contribuições de Associados	15 302,91	Telefones e Telefonemas	385,29
Contribuição Intersindical	438,24	Limpeza e Conservação	954,08
Rendimentos Financeiros	642,91	Combustíveis e Lubrificantes	1,09
Outras Rendas	18,35	Manutenção de Veículos	4,72
RECEITAS FINANCEIRAS	42 484,89	Manutenção de Móveis e Utensílios	628,80
Rendimentos de Aplicações	30 460,15	Despesas Postais	1,57
Juros/ Multas Confr. Sociais	3,21	Vale Transporte	35,78
Taxas s/ Operações Conveniadas	12 015,32	Bans Nat. Permanente Util. Despesa	290,10
Outras Receitas	3,52	Show's Contratados	18,18
Deflação Monetária	2,69	Assistência Médica e Hospitalar	567,44
CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS	- 20 013,47	Contribuições Sociais	4,44
ENTRADAS DE MERCADORIAS	- 19 545,49	Despesas Gerais/ Cozinha	69,88
COMPRAS TRIBUTADAS	- 3 049,96	Material Esportivo	1 584,32
Compras a Vista	- 2 082,23	Prejuízo Vasilhame	67,20
Compras a Prazo	- 2 019,89	DESPESAS NÚCLEO EDUCACIONAL	- 16,76
(-) Icms s/ compras	- 1 378,16	Honorários Autônomos	16,76
COMPRAS ISENTAS	- 687,86	DESPESAS COMANDO DE GREVE	- 12 713,36
Compras a Vista	- 296,06	Despesas de Viagens	954,83
Compras a Prazo	- 391,80	Locação de Ônibus	1 774,61
COMPRAS COM ICMS RETIDO	- 10 285,20	Combustíveis e Lubrificantes	11,36
Compras a Vista	- 7 532,30	Doações/ Contrib. Intersindical	5 511,69
Compras a Prazo	- 2 752,90	Despesas Faixas/ Cartazes	87,27
COMPRAS DE CARNE	- 4 563,31	Material Publicidade Impressa	848,00
Compras a vista	- 2 965,69	Outras Despesas	1 457,09
Compras a Prazo	- 1 597,62	Taxas de Inscrições	992,69
COMPRAS DE CIGARROS	- 959,16	Refeições e lanches	1 075,82
Compras a Vista	- 959,16	DESPESAS TRIBUTARIAS	- 10 207,95
FRETES E CARRETOS	- 467,98	Contribuições de Exercícios	13,51
FRETES S/ COMPRAS	- 136,53	Taxas e Serviços Públicos	368,01
Frete a Vista	- 207,53	Outras Taxas e Contribuições	7,66
Frete a Prazo	- 123,92	Licenciamento de Veículos	38,92
DESPESAS	- 111 899,46	Multas/ Juros/ Cor. Monetária tributos	1,00
DESPESAS OPERACIONAIS	- 52 005,21	Pis. s/ Folha	296,17
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	- 52 005,21	Imposto de Renda s/ Aplicações	4 629,19
Salário/ férias gozadas	12 097,00	Inss Parcela Judicial	4 656,55
Férias Indenizadas/ Inden. Trabalhistas	701,96	ISSQ	196,94
Inss Encargo Empresa	3 467,57	DESPESAS DE DEDUÇÕES DE VENDAS	- 449,41
Fgts	1 179,64	Confins s/ vendas	443,07
Honorários Autônomos	5 434,72	ICMS - Estimativa	6,34
Inss s/ Serv. Terceiros	340,34	DESPESAS FINANCEIRAS	- 3 691,26
Serviços Proc. de Dados	778,26	Taxas e Comissões Bancárias	1 407,86
Telefones e Telefonemas	1 742,69	Juros s/ Empréstimos Cap. Giro	1 221,13
Foto/ Encadernação/ Serv. Gráficos	1 275,49	Juros s/ Pagamento em Atraso	0,01
Limpeza e Café	801,00	Multas e Juros	9,91
Combustível e Lubrificantes	1 332,70	Inss Parcelado	680,21
Manutenção de Veículos	902,28	Outras Despesas	106,36
Manutenção de Móveis e Utensílios	374,12	Cor. Monet. s/ Impostos	265,78
Viagens e Estádias	667,60		
Despesas Postais	328,66		
Vale Transporte	2 876,18		
Refeições e Tikts	827,40		
Manutenção de Imóveis	931,04		
Cursos e Reciclagens	333,00		
Encontros e Congressos	2 200,00		
Contribuições Sociais	5 221,86		

GoIânia, 30 de setembro de 1994

Sindicato Trab. da Universidade Federal de Goiás

Romilda Soares da Silva
CRC CT 5188

TABELA DE VENCIMENTOS BÁSICOS APLICÁVEL AOS SERVIDORES DA IFES

(Transposição da Tabela II para a Tabela I - Medida Provisória nº 746 - 02/12/94)

Ativo MP					Ativo MP					Ativo MP					Ativo MP					
CLASSE	PADRÃO	SUPERIOR	INTERMEDIÁRIO	BAIXO	CLASSE	PADRÃO	MÉDIO	MÉDIO	BAIXO	CLASSE	PADRÃO	FUNDAL	ALGUAL	BAIXO	CLASSE	PADRÃO	FUNDAL	ALGUAL	BAIXO	
A	1	207,08	429,51	8,10%	A	2	205,31	253,30	14,08%	A	3	197,40	193,00	8,07%						
	2	218,36	441,80	7,47%		4	192,80	142,20	14,02%		4	191,27	143,17	8,07%						
	3	229,64	454,09	6,77%		5	190,00		13,94%		5	189,20	196,50	8,06%						
B	4	240,92	466,38	6,06%	B	6	181,70	229,85	22,08%	B	7	176,61	125,82	8,03%						
	5	252,20	478,67	5,34%		8	174,04	174,04	22,07%		8	174,04	128,84	8,03%						
	6	273,13	511,50	10,40%		9	168,10	203,11	17,86%		9	168,10	117,77	8,03%						
	7	284,40	523,82	10,07%		10	162,50	190,00	17,80%		10	160,00	117,07	7,99%						
	8	294,07	534,37	11,03%		11	158,47	184,27	20,23%		11	158,00	108,00	7,77%						
	9	304,37	545,17	10,10%		12	150,00	190,54	10,00%		12	148,00	105,00	7,58%						
C	10	314,67	556,19	9,20%	C	13	143,48	179,04	18,04%	C	14	140,97	177,00	17,98%						
	11	324,97	567,43	8,47%		14	140,21	183,89	18,04%		15	139,20	180,00	17,93%						
	12	335,27	578,67	7,73%		15	135,10	170,00	17,93%		16	134,00	174,00	17,93%						
	13	345,57	589,91	7,00%		16	130,24	161,47	17,92%		17	132,40	166,57	17,92%						
	14	355,87	601,15	6,26%		17	125,54	146,57	17,94%		18	125,00	160,00	17,92%						
	15	366,17	612,39	5,52%		18	120,80	140,00	17,94%		19	120,00	153,00	17,92%						
D	16	376,47	623,63	4,78%	D	19	116,00	134,30	15,12%	D	20	113,00	132,00	14,97%						
	17	386,77	634,87	4,04%		21	111,10	125,76	14,97%		21	111,00	125,00	14,97%						
	18	397,07	646,11	3,30%		22	106,20	117,24	14,97%		22	107,00	124,24	14,97%						
	19	407,37	657,35	2,56%		23	101,30	108,70	14,97%		23	102,00	123,48	14,97%						
	20	417,67	668,59	1,82%		24	96,40	100,16	14,97%		24	97,00	122,72	14,97%						
	21	427,97	679,83	1,08%		25	91,50	91,60	14,97%		25	92,00	121,96	14,97%						

Continua a luta pela rehierarquização

Em 02 de dezembro, através do Presidente da ANDIFES, Prof. Newton Lima Neto, a Fasubra foi informada sobre o acordo firmado entre os Ministros da Casa Civil, SAF e Educação, acerca da Publicação da Medida Provisória dispondo sobre a rehierarquização dos cargos do PUCRCE. Fato é que, a partir de então, reuniões sucessivas vem ocorrendo no MEC, sem contudo, solucionar esta questão. Ou seja, o encaminhamento pela SAF da dita Medida, o que tem sido, inclusive, objeto de justificativa por parte da SESu, diante das persistentes cobranças do movimento.

Face a este quadro - a não concretização até 08/12 do referido acordo, somado ao descaso do Governo para com as questões salariais dos servidores e, ainda, dado ao total imobilismo do conjunto dos SPF, impõe-se a necessidade de desenvolver todas as ações possíveis no âmbito da nossa base, com o objetivo de demonstrarmos nossa indignação e, ao mesmo tempo, conquistarmos nossas reivindicações, sobretudo, acelerar a tramitação para que seja aprovada a rehierarquização.

Assim, orientamos aos Sindicatos Filiados que:

- promovam agitação e mobilização da categoria durante a semana que vem, que se apresenta como definidora do processo em curso;
- divulguem, amplamente o significado da rehierarquização;
- realizem discussões setoriais até segunda-feira;



- convoquem Assembléias Gerais para terça-feira, 13 de dezembro, com o fim de avaliarem o processo em curso e apresentarem consequentes encaminhamentos, enviando o número de participantes nas Assembléias e resoluções imediatamente à FASUBRA.

- enviar o maior número de fax e telegramas possível aos Ministros da Casa Civil, SAF e MEC, nesta ordem de prioridade;

- buscar audiência junto aos Reitores e exigir que se desloquem à Brasília para montarmos uma Comissão para intervir no MEC e na SAF, resgatando o compromisso da ANDIFES de viabilizar a rehierarquização, desde o final da greve de junho 94.

Rehierarquização - uma conquista da competência

Em nossa greve de junho de 94, que não podia ficar presa exclusivamente à pauta geral dos SPF, elaboramos uma pauta de reivindicações interna protocolada junto ao MEC. Seu principal eixo era a reestruturação dos cargos do PUCRCE em cinco novos subgrupos. Juntamente com esta realização produzimos uma nova apropriação da malha salarial existente.

Dois objetivos nos influenciaram a elaboração e luta - a descaracterização do PUCRCE pelas sucessivas políticas de destruição das carreiras e tentativas de esvaziamento através de baixos salários e a chamada, vulgarmente, de "Lei dos Agentes de Portaria", que se aplicava da sua forma nas IFES, traria distorções hierárquicas incontornáveis, além de no seu bojo estar a intenção de extinção dos cargos de nível de apoio para a sua futura terceirização. Nossa proposta, pois, cumpriu estes aspectos e ainda, o de resgatar a hierarquia, no possível, do PUCRCE.

O projeto de rehierarquização, elaborado nos fóruns da Fasubra e submetida às bases da categoria, passou a ser nossa reivindicação principal junto ao MEC e ANDIFES. Após exaustivas discussões entre MEC e ANDIFES, nossa proposta foi encaminhada à SAF, através de Aviso do Ministro da Educação para ser regulamentada, tendo seu desfecho emperrado até en-

tão, em que pese nossa ação constante por sua aprovação.

Na última reunião Plenária da ANDIFES, da qual participamos, acordamos a intensificação de ações junto ao MEC para consequente pressão junto SAF e Planalto pela rehierarquização, o que se concretizou através de reuniões diárias no MEC e SAF, no decorrer da semana passada. Enquanto buscávamos na SAF, a agilização desta questão, no MEC, discutíamos e reivindicávamos fosse a rehierarquização assumida internamente, independente da SAF, tendo sido articulada reunião entre as Assessorias Jurídicas da FASUBRA/ MEC/ ANDIFES, com o fim de analisar essa possibilidade, dispondo sobre a sustentação jurídica em sendo tomada esta medida pelo MEC.

Sob pressão da FASUBRA e ANDIFES, o Ministro da Educação dirigiu-se diretamente ao Planalto, tendo sido acordado que esta semana será editada Medida Provisória dispondo sobre a rehierarquização. Pela ANDIFES nos foi informado que o acordo deu-se entre os Ministros da Casa Civil, da Secretaria da Administração Federal e da Educação.

Contudo, é fundamental que continuemos nosso trabalho de pressão até vermos de fato, contemplada nossa reivindicação.

INFORME FASUBRA

I FÓRUM SOBRE RELAÇÕES DE TRABALHO

A ANDES-SN, a ANDIFES e a FASUBRA SINDICAL, realizam no período de 12 a 15/12/94, no Auditório II Candangos da Universidade de Brasília - UnB, o I FÓRUM NACIONAL SOBRE RELAÇÕES DE TRABALHO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA nas Instituições Federais de Ensino Superior, cujo tema central é UNIVERSIDADE E SINDICATOS: DEMOCRATIZANDO AS RELAÇÕES DE TRABALHO. O FÓRUM será sistematizado em três grandes temas: a) Relações de trabalho no Brasil, cidadania e função pública; b) Relações de trabalho e democratização das Universidades e c) Relacionamento Universidade-Sindicatos-Sociedade.



Ministro da Educação que passou as seguintes informações:

a) assegurou o repasse de recursos, até o final do exercício de 1994, para custeio de pessoal, vale-alimentação, vale-transporte, auxílio-creche, bolsistas de residência médica, política de informática, editoras e Hospitais Universitários e Bibliotecas.

b) anunciou a publicação de portarias delegando: - competência aos Diretores dos CEFET para nomearem seus Vice-Diretores; - competência aos Dirigentes das IFES para, em suas áreas de competência, efetuarem nomeações de pessoal docente e técnico-administrativo e competência às IFES para, em suas áreas de competência, autorizarem a cessão de servidores.

A QUESTÃO DAS CONSIGNAÇÕES

A FASUBRA, a FENASPS e a CONDESEF, estiveram reunidas no dia 08/12 com a Coordenadora Geral de Remuneração da SAF, Sra. Sônia Borges. A reunião foi solicitada para tratar do OF. CIRCULAR Nº 054 SRH/SAF/PR, de 16 novembro de 1994, que trata da regulamentação das consignações em folha de pagamento.

Preliminarmente apresentamos nossa discordância e indignação quanto a conduta da SAF de baixar normas que envolvem as Entidades Sindicais sem consulta prévia a estas. Após nossas explicações e explicações por parte da Coordenadora fomos informados que a SAF estará programando uma reunião a acontecer na próxima terça-feira, dia 13/12, com representantes das consignatárias para rediscutir e alterar o citado ofício, inclusive no que se refere a vigência da medida, que segundo a Coordenadora, será prorrogada para março. Reivindicamos, assim, a participação da CNESF, o que foi aceito. Enviaremos logo após a reunião relatório e orientações, já que para o momento não há motivo para preocupações imediatas, isto é, para o mês de janeiro.

CONSELHO PLENO DA ANDIFES

A Fasubra esteve presente, conforme deliberação da última Plenária, através do companheiro Edvaldo Rosas, que reforçou os anseios da categoria diante das indefinições que ainda persistem acerca de vários assuntos, enfatizando o processo de rehierarquização. Foi entregue documento da Fasubra à ANDIFES, bem como os ofícios encaminhados pelas Entidades. Ainda, houve discussão com alguns reitores, individualmente, para o trato de assuntos diversos referentes a relação administrações/sindicatos, cujos relatos serão feitos à cada entidade específica, oportunamente.

Esteve presente na reunião, o

Em defesa da Democracia

Por excelência, o ambiente universitário necessita da democracia e da liberdade para desenvolver todo o seu potencial. Na Universidade Federal de Goiás não poderia ser diferente. Neste centro de ensino a luta por esses ideais tem toda uma história de resistência ao autoritarismo e à ditadura, que provocaram marcas indelévels na UFG nas últimas três décadas. Não obstante o grande avanço obtido pela luta democrática em nosso país, ainda persistem anacronismos típicos dos chamados "anos de chumbo". É o caso de ainda submetermos à aprovação de uma instância superior uma lista sêxtupla com os nomes dos dirigentes que foram votados diretamente pela comunidade universitária, como aconteceu há pouco com a eleição do reitor Ary Monteiro do Espírito Santo.

Esta mesma prática também vem sendo aplicada na eleição dos diretores de unidades. Com efeito, foi o que aconteceu recentemente no Instituto de Artes. De comum acordo com as duas chapas participantes, foram elaborados os critérios de proporcionalidade que nortearam a realização da eleição direta para escolha dos novos dirigentes desse Instituto. Quando da elaboração da lista para referendar o resultado do pleito, a chapa perdedora começa a questionar a validade do processo, diga-se de passagem, o mesmo que havia ajudado a legitimar há pouco. Diante de tal fato, não existem meias palavras: trata-se de um golpe, no melhor estilo dos ditadores de triste memória.

A argumentação utilizada pelos derrotados peca pelo simplismo,

falta de ética e claro desapego aos mais elementares princípios da democracia: a eleição direta não está prevista no estatuto do Instituto de Artes, portanto não tem validade. O oportunismo de tal raciocínio é exemplar. Como já foi dito, as regras da eleição não obedeceram a vontade da chapa vencedora, elas foram fruto de deliberações com os diversos segmentos que participaram do pleito, inclusive a própria chapa perdedora, que agora deseja macular um processo que está inserido no bojo da luta democrática da UFG.

Já faz parte de uma tradição nessa instituição que o mais votado seja escolhido para o cargo para o qual foi eleito. Romper isso significa abrir um grave precedente dentro da UFG. Mais que isso: é pactuar com uma mentalidade golpista,

daquelas que negam o resultado das urnas, quando estas não lhe são favoráveis. O resultado da eleição no Instituto das Artes é inquestionável e deve ser respeitado, sob pena de se privilegiar uma postura condenável, ilegítima e anti-ética. Mas, acima de tudo isso: por golpear um longo processo de luta pela democracia interna da UFG.

Por tais razões, as entidades signatárias deste documento colocam-se favoráveis à posse da chapa mais votada no Instituto de Artes e condenam todas as manobras que estão sendo articuladas no sentido de invalidar o processo de consulta realizado. Pelo respeito à democracia e à liberdade!

Sint-UFG - UEE - DCE-UFG -
Aduf e C.A. de Artes

ATIVIDADES SOCIAIS

TORNEIO DE BILHAR

A Coordenação Social do Sint-UFG organizou no dia 19 de novembro no Clube da entidade o Torneio de Bilhar, que teve boa acolhida entre os servidores. Depois de partidas acirradas, a classificação final ficou definida do seguinte modo: 1º lugar - Jerônimo F. de Moraes; 2º Thales Filho; 3º João Mendes; e 4º José Luzine.



Os vencedores do Torneio de Bilhar posam com os troféus da competição

CAMPEONATO DE VOLEI

Outra atividade desenvolvida pela Coordenação Social foi o Campeonato de Vôlei de Praia, realizado nos dias 3 e 4 de dezembro, também nas dependências do Clube. Confira o resultado final das duplas: 1º lugar - Gleucy e Marcos; 2º lugar - Gercílio e Elivan; e 3º Julho e Ronaldo.

COLÔNIA DE FÉRIAS

Será realizada nos dias 15, 16, 17 e 18 de dezembro a Colônia de Férias do Sint-UFG. As inscrições ficaram definidas em R\$ 12 por pessoa, e no caso de duas ou mais inscrições R\$ 10 reais, cada, para os associados; para a comunidade os preços são de R\$ 16 por pessoa e R\$ 14 para duas ou mais pessoas.

PRÓXIMAS ATIVIDADES

Para a segunda quinzena de dezembro estão previstas duas novas atividades: no dia 17 será realizado o I Torneio de Futebol de Saia, em que os homens são travestidos de mulheres. E para encerrar o ano com chave-de-ouro está programado para o dia 31 de dezembro a tradicional festa de Reveillon, denominada "Noite Prateada", com a Banda de Ká.

FUTEBOL INFANTIL

O torneio de Futebol Infantil realizado nos dias 29 e 30/10 teve como campeão a equipe Futebol Arte, que ganhou a final na disputa

por pênaltis da equipe do Sint-UFG, que ficou com o título de vice-campeã. Nesta edição confira as fotos das duas equipes vencedoras.



O Futebol Arte foi o campeão do Torneio de Futebol Infantil



A equipe do Sint-UFG foi a vice-campeã do Torneio